



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, agosto/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 16, n. 7 (jul. 2010). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em julho foi superavitário em R\$ 770,2 milhões, contra R\$ 664,6 milhões em junho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 3,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 2,6 bilhões e R\$ 46,1 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em julho de 2010 foi superavitário em R\$ 770,2 milhões, contra R\$ 664,6 milhões em junho.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	JUN 2010	JUL 2010	JAN-JUL 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	61.461,7	68.560,5	401.680,4	467.643,4
I.1. Receitas do Tesouro	44.691,7	51.523,0	304.249,6	354.849,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	46.761,4	54.015,3	310.274,8	361.613,6
I.1.2. (-) Restituições	-2.065,8	-2.492,3	-5.970,4	-6.665,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-4,0	0,0	-54,8	-98,6
I.2. Receitas da Previdência Social	16.580,3	16.844,4	96.252,4	111.502,8
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.195,4	16.454,8	93.629,1	108.848,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	384,9	389,6	2.623,3	2.654,7
I.3. Receitas do Banco Central	189,7	193,1	1.178,4	1.291,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.980,3	8.563,9	72.460,4	77.721,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	50.481,4	59.996,7	329.220,0	389.921,6
IV. DESPESA TOTAL	49.816,7	59.226,5	309.171,0	364.281,2
IV.1. Despesas do Tesouro	30.196,8	39.577,3	187.083,9	225.994,5
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.284,4	15.787,9	86.512,2	93.978,6
IV.1.2. Custeio e Capital	17.817,6	23.689,0	99.950,7	131.337,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.729,7	5.311,8	15.572,0	16.338,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	882,0	400,6	732,9	5.422,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.851,7	1.893,8	10.829,3	12.803,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	13.354,2	16.082,7	72.816,6	96.772,2
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	9.413,2	11.570,2	57.801,6	71.627,8
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.940,9	4.512,5	15.015,0	25.144,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	94,8	100,4	621,0	678,7
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	19.358,6	19.410,1	120.622,0	136.663,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	15.501,1	15.540,8	96.550,6	109.427,2
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.857,6	3.869,2	24.071,4	27.236,7
IV.3. Despesas do Banco Central	261,3	239,2	1.465,1	1.622,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	664,6	770,2	20.049,0	25.640,4
VI.1. Tesouro Nacional	3.514,5	3.381,9	44.705,3	51.133,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.778,3	-2.565,6	-24.369,6	-25.161,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	694,4	914,0	-2.921,5	-579,2
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.472,7	-3.479,6	-21.448,1	-24.582,0
VI.3. Banco Central (6)	-71,6	-46,1	-286,7	-331,6
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,14%	1,29%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIÇÕES ACUMULADO JAN-JUL %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-1,5%	16,4%
Tesouro	-5,0%	16,6%
Previdência	11,0%	15,8%
Transferências	-0,1%	7,3%
Receita Líquida	-1,8%	18,4%
Despesas	15,9%	17,8%
Benefícios	12,7%	13,3%
Pessoal	19,1%	8,6%
Custeio e Capital	17,0%	31,4%
FAT	43,2%	4,9%
Subsídios	-80,7%	6,40
LOAS/RMV	18,1%	18,2%
Outras	18,3%	32,9%
Custeio	18,7%	23,9%
Capital	16,7%	67,5%
PIB estimado	3,0%	13,2%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve incremento de R\$ 7,3 bilhões (15,5%), passando de R\$ 46,8 bilhões em junho para R\$ 54,0 bilhões em julho. Essa evolução decorreu principalmente: i) do crescimento de R\$ 4,4 bilhões do IRPJ e de R\$ 2,1 bilhões da CSLL, em virtude do pagamento, em julho,

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Receita Total	401.680,4	467.643,4
Transferências	72.460,4	77.721,8
Receita Líquida	329.220,0	389.921,6
Despesa Total	309.171,0	364.281,2
Resultado Primário	20.049,0	25.640,4

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/10	JUL/10
Constitucionais (IR/PI/outras)	8.903,9	6.648,2
CIDE-Combustíveis	-	388,7
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.913,9	1.364,5
Total	10.980,3	8.563,9

¹ Inclui auxílio financeiro

Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram R\$ 3,5 bilhões em julho, devido ao adiantamento da parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal.

da 1ª cota ou cota única desses tributos referente à apuração trimestral encerrada no mês de junho; ii) do aumento de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações decorrente do recolhimento sazonal, em julho, da participação especial relativa à exploração de petróleo apurada trimestralmente; iii) do incremento de R\$ 875,1 milhões na arrecadação de dividendos, principalmente em função de pagamento efetuado pelo BNDES; e iv) da queda de R\$ 2,4 bilhões de receita do IRRF – Rendimentos do Capital, em função do recolhimento semestral desse tributo no mês de junho/2010, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 8,6 bilhões em julho, contra R\$ 11,0 bilhões no mês anterior, registrando queda de 22,0%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 6,6 bilhões, com redução de 25,3% frente a maio, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de junho, que repercute nas transferências de julho, e no primeiro decêndio de julho. As demais transferências diminuíram R\$ 549,3 milhões, variação esta explicada em parte pela redução de R\$ 123,9 milhões nos repasses de *royalties*, reflexo do recolhimento trimestral apurado pela União em abril e transferido em maio.

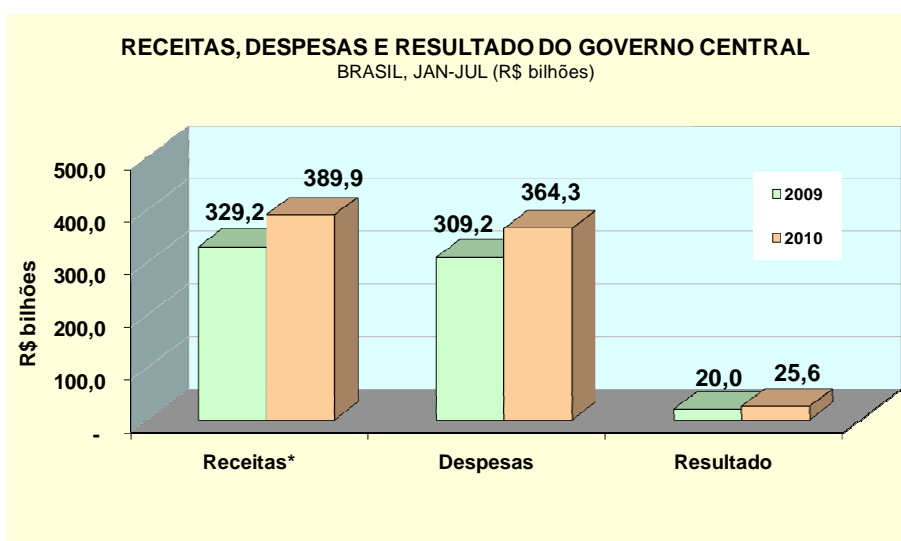
Do lado dos dispêndios, verificou-se crescimento de R\$ 9,4 bilhões (31,1%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a junho. Os gastos com pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 15,8 bilhões (aumento de R\$ 3,5 bilhões), decorrente do adiantamento da parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal. As despesas discricionárias cresceram R\$ 2,7 bilhões com destaque para os incrementos dos gastos dos ministérios da Saúde (R\$ 810,3 milhões), Defesa (R\$ 384,7 milhões) e Educação (R\$ 366,7 milhões). As despesas do FAT cresceram R\$ 3,6 bilhões, em função do desembolso de R\$ 3,5 bilhões com abono salarial contra R\$ 42,8 milhões no mês anterior, enquanto as despesas com seguro-desemprego aumentaram em R\$ 159,4 milhões (9,7%). Cabe destacar que a despesa com abono salarial apresentou expressivo crescimento decorrente do calendário de pagamento referente ao exercício 2010/2011 (com início em julho/2010, prolongando-se até junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. No que se refere aos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas, as despesas com a sustentação dos Preços Agrícolas diminuíram R\$ 295,1 milhões devido às diminuições de R\$ 196,7 milhões (85,6%) nas despesas com equalização nos programas de Aquisições do Governo Federal e R\$ 98,4 milhões (51,9%) com o Programa Garantia e Sustentação de Preços. As despesas no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, por outro lado, reduziram-se em R\$ 198,3 milhões.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 2,6 bilhões, contra déficit de R\$ 2,8 bilhões apurado em junho. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 264,1 milhões, enquanto os gastos com benefícios previdenciários cresceram R\$ 51,5 mi-

lhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 914,0 milhões no mês, contra R\$ 694,4 milhões em junho. O déficit da parcela rural permaneceu no patamar de R\$ 3,5 bilhões.

No acumulado de janeiro a julho, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 25,6 bilhões (1,29% do PIB), contra R\$ 20,0 bilhões (1,14% do PIB) registrados em igual período de 2009, 0,15 p.p. superior ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 0,87 p.p, enquanto as despesas totais elevaram-se em 0,72, p.p.

No acumulado até julho de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 1,29% do PIB, 0,15 p.p. superior ao mesmo período de 2009.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 51,3 bilhões (16,5%) relativamente ao acumulado até julho de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) incremento de R\$ 14,6 bilhões (23,5%) na Cofins e de R\$ 3,2 bilhões (18,8%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos no montante de R\$ 3,2 bilhões ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; ii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 4,8 bilhões), do IOF (R\$ 4,1 bilhões) e da CIDE-Combustíveis (R\$ 2,6 bilhões), refletindo alterações na legislação tributária e, adicionalmente, no caso da CIDE, a compensação de débitos em 2009 no montante de R\$ 1,0 bilhão; iii) crescimento de R\$ 5,5 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iv) aumento de R\$ 5,1 bilhões em Outras Receitas em consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

As transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 5,3 bilhões (7,3%) entre janeiro e julho de 2010, frente a igual período de 2009.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,54%	2,57%
Previdência Social	-1,38%	-1,26%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	1,14%	1,29%

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,14%	2,91%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,18%	0,06%
Demais	0,77%	0,87%
Total	4,12%	3,90%

¹ Inclui auxílio financeiro

Os principais fatores explicativos dessa evolução são os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,1 bilhões) e o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 2,7 bilhões). Por outro lado, no acumulado do ano, os repasses referentes às Leis Complementares n^{os} 87/1996 e 115/2002 apresentaram-se R\$ 1.950,0 milhões inferiores aos de 2009. Esse comportamento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009 sob o amparo da Medida Provisória nº 464/2009.

No acumulado até julho de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 38,9 bilhões (20,8%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) crescimento de R\$ 7,5 bilhões (8,6%) nas despesas de pessoal e encargos sociais, efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores, bem como do pagamento, em maio de 2010, de R\$ 721,8 milhões relacionados a passivos judiciais e administrativos do Poder Legislativo e do Ministério Público da União, despesa esta sem correspondência no ano anterior; ii) incremento das despesas discricionárias de R\$ 15,1 bilhões, com aumentos principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 4,3 bilhões), da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), da Defesa (R\$ 2,5 bilhões), e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,0 bilhões); iii) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 10,2 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009; iv) aumento de R\$ 3,1 bilhões nos créditos extraordinários; e v) aumento de R\$ 2,0 bilhões nas despesas com LOAS e RMV.

Os investimentos cresceram 67,5% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 62,6%.

Cumprе salientar o incremento de R\$ 10,1 bilhões (67,5%) dos investimentos até julho de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 4,1 bilhões (62,6%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 791,6 milhões (3,2%) relativamente ao período de janeiro a julho de 2009, alcançando R\$ 25,2 bilhões frente aos R\$ 24,4 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 15,3 bilhões (15,8%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 16,0 bilhões (13,3%). Em porcentagem do PIB, houve incremento de 0,12 p.p. no déficit previdenciário.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 579,2 milhões, que corresponde a 2,3% do déficit total do regime, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 24,6 bilhões (97,7% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 54,0 bilhões em julho contra R\$ 46,8 bilhões verificados em junho (aumento de 15,5%). Este comportamento é explicado pelos acréscimos de R\$ 2,0 bilhões (8,8%) nas receitas de impostos, de R\$ 1,8 bilhão (9,8%) nos ingressos decorrentes de contribuições e de R\$ 3,4 bilhões (67,3%) nas demais receitas do Tesouro.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 24,9 bilhões e as de contribuições R\$ 20,7 bilhões em julho, apresentando, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 3,9 bilhões (9,3%) em relação aos valores apurados em junho. Essa evolução reflete, principalmente: i) o incremento de R\$ 4,4 bilhões na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,1 bilhões na da CSLL, devido ao pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês anterior; e ii) o decréscimo de R\$ 2,4 bilhões na arrecadação do IRRF, concentrado essencialmente na rubrica IRRF – Rendimentos do Capital, devido ao recolhimento semestral, no mês de junho, em conformidade com a Lei nº 10.892/04. As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 3,4 bilhões na arrecadação, influenciada: i) pelo crescimento de R\$ 2,5 bilhões na cota-parte de compensações financeiras, motivado pelo pagamento trimestral de participação especial relativa à exploração de petróleo, no mês de julho; e ii) pela elevação de R\$ 875,1 milhões nos dividendos, explicada sobretudo pelo pagamento de dividendos pelo BNDES (R\$ 934,0 milhões).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,15% do PIB nos primeiros sete meses de 2010, dos quais 8,32% do PIB correspondem à arrecadação de impostos, 6,94% do PIB às contribuições e 2,89% do PIB às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 51,3 bilhões (16,5%), passando de R\$ 310,3 bilhões para R\$ 361,6 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- incremento de R\$ 14,6 bilhões (23,5%) na Cofins e de R\$ 3,2 bilhões (18,8%) no PIS-Pasep, devido: i) ao crescimento de 14,5% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a junho de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) ao depósito judicial e acréscimos legais, no valor de R\$ 395,5 milhões, no mês de fevereiro de 2010; iii) à compensação de pagamento indevido ou a maior, nos sete primeiros meses de 2009, no valor de R\$ 3,2 bilhões; e iv) às desonerações (principalmente antecipação de provei-

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em decorrência de fatores sazonais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou elevação de 15,5% relativamente ao mês anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JUN/10	JUL/10
Impostos	22.872,3	24.891,6
Imposto de Renda	15.591,0	17.727,4
IPI	3.377,3	3.181,7
Outros	3.904,0	3.982,4
Contribuições	18.854,9	20.700,8
Cofins	11.445,1	11.203,9
CPMF	8,3	16,1
CSLL	2.551,7	4.678,3
Cide - Combustíveis	581,6	682,0
Outras	4.268,2	4.120,5
Demais	5.034,2	8.423,0
Cota parte	1.124,0	3.670,1
Diretamente Arrecadada	1.834,5	1.960,9
Dividendos da União	59,0	934,2
Concessões	44,1	54,0
Outras	1.972,6	1.803,8
Total Bruto	46.761,4	54.015,3

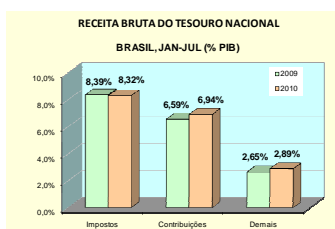
¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros sete meses de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	8,39%	8,32%
Imposto de Renda	6,36%	5,97%
IPI	0,92%	1,06%
Outros	1,10%	1,29%
Contribuições	6,59%	6,94%
Cofins	3,54%	3,86%
CPMF	0,01%	0,00%
CSLL	1,52%	1,39%
Cide - Combustíveis	0,10%	0,22%
Outras	1,42%	1,47%
Demais	2,65%	2,89%
Cota parte	0,63%	0,83%
Diretamente Arrecadada	0,86%	0,82%
Dividendos da União	0,59%	0,50%
Concessões	0,09%	0,03%
Outras	0,48%	0,71%
Total Bruto	17,63%	18,15%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



tamento de créditos) promovidas por meio das Leis n^{os} 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.

- b) incremento de R\$ 4,8 bilhões (29,8%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI-Automóveis, decorrente do aumento de 3,8% no volume de vendas de veículos de dezembro/2009 a junho/2010 em relação ao mesmo período do ano anterior e do fim da redução temporária das alíquotas deste imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI-Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento, de decendial para mensal, estabelecida pela Lei n^o 11.933/2009, em maio de 2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas, conforme Decreto n^o 6.809/2009, em junho de 2009; iii) IPI-Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 47,9% no valor em dólar (volume) das importações, do aumento de 3,5% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado e da redução de 16,7% na taxa média de câmbio; e iv) IPI-Outros, devido ao crescimento de 16,5% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a junho/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações tributárias instituídas pelos Decretos n^{os} 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos.
- c) crescimento de R\$ 4,1 bilhões (39,6%) na arrecadação do IOF, refletindo: i) o aumento da alíquota para 2,0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos n^{os} 6.983/2009 e 7.011/2009; e ii) o crescimento de 16,3% no volume das operações de crédito.
- d) crescimento de R\$ 3,2 bilhões (5,9%) no IRRF, devido: i) à elevação de R\$ 3,5 bilhões (11,7%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 10,8% da massa salarial habitual nos meses de dezembro/2009 a junho/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009, e à alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei n^o 11.945/2009; ii) ao crescimento de R\$ 404,9 milhões (12,4%) no IRRF – Outros Rendimentos; iii) à redução de R\$ 781,9 milhões (5,8%) do IRRF – Rendimentos do Capital, influenciada pela queda de arrecadação nas operações de *swap* (69,9%); e iv) ao declínio de R\$ 7,9 milhões (0,1%) no IRRF – Remessas ao Exterior.
- e) crescimento de R\$ 2,6 bilhões (150,0%) na CIDE-Combustíveis, devido a: i) compensações, em 2009, no valor de cerca de R\$ 1,0 bilhão; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto n^o 6.875/2009.
- f) crescimento de R\$ 2,3 bilhões (4,6%) no IRPJ e de R\$ 808,2 milhões na CSLL, cujo desempenho acumulado ainda está bastante influenciado pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009. Cumpre destacar que os resultados da arrecadação por estima-

tiva das instituições financeiras encontram-se influenciados por pagamentos extraordinários de R\$ 2,0 bilhões realizados em abril e julho de 2009. Observou-se também significativo aumento na arrecadação do lucro presumido, decorrente da elevação do volume de vendas de dezembro a junho.

- g) elevação de R\$ 2,2 bilhões (24,9%) no II, decorrente principalmente da conjugação dos seguintes fatores: i) elevação de 47,9% no valor em dólar (volume) das importações; ii) aumento de 2,4% na alíquota média efetiva do II; e iii) redução de 16,7% na taxa média de câmbio.
- h) crescimento de R\$ 1,5 bilhão (16,9%) na arrecadação de IRPF, refletindo: i) o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste de IRPF/2010, ano-base 2009; e ii) o crescimento do item ganhos líquidos em bolsa, decorrente de operação de fiscalização, por parte da RFB, focada nas pessoas físicas com indício de irregularidade nas operações em bolsa de valores.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 10,9 bilhões (23,3%), em relação aos primeiros sete meses de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 5,5 bilhões (49,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo; ii) do crescimento de R\$ 5,1 bilhões (139,9%) em outras receitas, como consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009; iii) do crescimento de R\$ 1,3 bilhão (8,5%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas, decorrente sobretudo da elevação de R\$ 799,5 milhões (3,8%) na receita da Contribuição Social Sobre o Lucro das pessoas jurídicas; e iv) da redução de R\$ 1,1 bilhão (69,3%) nas receitas oriundas de concessões, explicada pelo recolhimento, em maio de 2009, de R\$ 699,1 milhões, referentes à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias, e de R\$ 461,9 milhões, relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão de subconcessão de trecho da Ferrovia Norte-Sul, realizado em outubro de 2007, ambos sem correspondência em 2010.

Em julho, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 8,6 bilhões, contra R\$ 11,0 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de 22,0%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 6,6 bilhões, com decréscimo de R\$ 2,3 bilhões (25,3%) frente a junho, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente devido à queda do valor da base de cálculo no terceiro decêndio de junho e no primeiro decêndio de julho, com reflexo nas transferências de julho.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	46.736,6	57.643,2
Cota parte	11.065,7	16.580,6
Plano do Servidor (CPSS)	4.864,1	5.443,2
Diretamente Arrecadada	15.085,1	16.371,3
Dividendos da União	10.421,6	9.968,5
Concessões	1.641,4	503,3
Outras	3.658,7	8.776,3

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Jun	Jul
Terceiro Decêndio	10.574,7	7.591,1
Primeiro Decêndio	4.242,5	1.717,8
Segundo Decêndio	4.723,7	5.060,3
Total	19.541,0	14.369,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/10	JUL/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.903,9	6.648,2
CIDE-Combustíveis	-	388,7
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	1.913,9	1.364,5
Total	10.980,3	8.563,9

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	3,14%	2,91%
CIDE - Combustíveis	0,03%	0,07%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,18%	0,06%
Demais	0,77%	0,87%
Total	4,12%	3,90%

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em relação aos primeiros sete meses de 2009, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 5,3 bilhões (7,3%), elevando-se de R\$ 72,5 bilhões em 2009 para R\$ 77,7 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 3,1 bilhões (52,4%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; ii) o crescimento de R\$ 2,7 bilhões (5,0%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; iii) o crescimento de R\$ 740,4 milhões (133,2%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009); iv) a elevação de R\$ 415,0 milhões (39,5%) em outras transferências; v) o aumento de R\$ 413,2 milhões (12,0%) nas transferências do salário-educação; e vi) a redução de R\$ 2,0 bilhões (63,2%) nas transferências referentes às Leis Complementares nºs 87/1996 e 115/2002, devido ao auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009, sob o amparo da Lei nº 12.087/2009, sem equivalente em 2010.

Em julho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 39,6 bilhões, contra R\$ 30,2 bilhões no mês anterior, aumento de R\$ 9,4 bilhões (31,1%). As principais variações em relação ao mês anterior foram: i) aumento de R\$ 5,9 bilhões (33,0%) nas despesas de Custeio e Capital; e ii) aumento de R\$ 3,5 bilhões (28,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

O acréscimo nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais reflete o adiantamento da primeira parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores do Poder Executivo Federal.

Do acréscimo nos gastos totais com custeio e capital, R\$ 3,6 bilhões foram relativos às despesas do FAT (aumento de 207,1%). As outras despesas de custeio e capital cresceram R\$ 2,7 bilhões (20,4%), enquanto os gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas reduziram-se em R\$ 481,5 milhões (54,6%). As despesas com LOAS aumentaram R\$ 42,1 milhões (2,3%), atingindo R\$ 1,9 bilhão.

No caso das despesas do FAT, verificou-se dispêndio de R\$ 5,3 bilhões em julho, contra gastos de R\$ 1,7 bilhão em junho. Houve desembolso de R\$ 3,5 bilhões com abono salarial contra R\$ 42,8 milhões no mês anterior, enquanto as despesas com seguro-desemprego aumentaram em R\$ 159,4 milhões (9,7%). A despesa com abono salarial apresentou expressivo crescimento, decorrente do calendário de pagamento referente ao exercício 2010/2011 (com início em julho/2010, prou-

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/10	JUL/10
Pessoal e Encargos	12.284,4	15.787,9
Custeio e Capital	17.817,6	23.689,0
Despesas do FAT	1.729,7	5.311,8
Subsídios e Subvenções	882,0	400,6
LOAS/RMV	1.851,7	1.893,8
Outras	13.354,2	16.082,7
Transferência ao Bacen	94,8	100,4

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

gando-se até junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a variação das despesas decorreu, principalmente, da execução dos programas de Preços Agrícolas, especialmente nos Programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF, com decréscimo de R\$ 196,7 milhões (85,6%); ii) de Sustentação de Preços, com redução de R\$ 98,4 milhões (51,9%). Também registraram redução os gastos relacionados: i) ao Programa Especial de Saneamento de Ativos – Pesa, no montante de R\$ 104,1 milhões (100,0%); ii) ao Programa de Financiamento às Exportações – Proex, em R\$ 72,9 milhões (200,4%); e iii) ao Fundo da Terra/Incra no valor de R\$ 14,7 milhões (29,8%).

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o acréscimo concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, com aumento de R\$ 2,7 bilhões (26,3%), e nos créditos extraordinários, de R\$ 212,5 milhões (34,0%). Por outro lado, registrou-se decréscimo de despesas de R\$ 198,3 milhões (10,9%) no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Dentre as despesas discricionárias, destacaram-se o aumento nos dispêndios dos Ministérios: i) da Saúde, de R\$ 810,3 milhões (19,9%); ii) da Defesa, de R\$ 384,7 milhões (45,1%); iii) da Educação, de R\$ 366,7 milhões (22,0%); iv) do Desenvolvimento Agrário, de R\$ 176,0 milhões (82,3%); e v) da Ciência e Tecnologia, de R\$ 167,3 milhões (44,6%).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,34% do PIB até julho de 2010, contra 10,63% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 38,9 bilhões (20,8%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 31,4 bilhões (31,4%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 7,5 bilhões (8,6%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,20 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,91% em 2009, para 4,72% em 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 7,5 bilhões, sendo que houve acréscimo de 10,2 % no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU e de 11,3 % no Poder Executivo. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 3,9 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,4 bilhões no mesmo período de 2009.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,68% para 6,59% do PIB (acréscimo de 0,91 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,72 p.p. na rubrica ‘Outras Despesas de Custeio e Capital’; ii) aumento em 0,23 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,03 p.p. nos dispêndios com

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	JUN/10	JUL/10
Agricultura	600,0	181,7
Custeio Agropecuário	5,4	5,8
Investimento Rural	0,5	1,1
Preços Agrícolas	419,7	124,6
- EGF	0,3	0,3
- AGF	229,7	33,1
- Sustent. de preços	189,6	91,2
Pronaf	14,8	15,3
Pesa	104,1	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	49,2	34,6
FUNCAFÉ	6,3	0,3
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	35,2	-39,6
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-1,2	-3,1
Exportação (Proex)	36,4	-36,5
Total	635,2	142,1

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN/10	JUL/10
Sentenças Judiciais	47,6	40,8
Legislativo	93,3	92,1
Judiciário	440,2	465,4
Crédito Extraordinário ¹	625,4	837,9
PAC ²	1.821,8	1.623,6
Outras ³	115,5	123,8
Discricionárias	10.210,4	12.899,2
d/q Min. da Saúde	4.077,2	4.887,4
Min. do Des. Social	1.543,7	1.405,6
Min. da Educação	1.665,4	2.032,1
Min. da Defesa	853,6	1.238,3
Min. da Ciência e Tec.	375,2	542,5
Min. do Des. Agrário	213,9	389,8
Min. da Justiça	301,1	287,1
Min. da Previdência	158,8	174,0
Min. dos Transportes	70,3	67,3
Min. das Cidades	58,4	181,0
Demais	892,9	1.694,1
Total	13.354,2	16.082,7

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,20 p.p. em relação ao PIB no acumulado de 2010 relativamente a igual período de 2009.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,63%	11,34%
Pessoal e Encargos	4,91%	4,72%
Custeio e Capital	5,68%	6,59%
Despesas do FAT	0,88%	0,82%
Subsídios e Subvenções ¹	0,04%	0,27%
LOAS/RMV	0,62%	0,64%
Outras	4,14%	4,86%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

LOAS/RMV; e, iv) redução de 0,06 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT.

As despesas do FAT atingiram R\$ 16,3 bilhões nos sete primeiros meses de 2010, contra R\$ 15,6 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de 4,9%. Tal acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 5,4 bilhões em 2010, contra R\$ 732,9 milhões no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, devido à redução dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 10,2 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009. Adicionalmente, houve elevação no período das despesas dos seguintes programas: i) Aquisição do Governo Federal – AGF (R\$ 451,6 milhões); ii) Sustentação de Preços (R\$ 228,3 milhões); iii) Reordenamento de passivos (R\$ 215,1 milhões); iv) Fundo da Terra/Incra (R\$ 159,9 milhões); e v) Investimento Rural (R\$ 113,6 milhões). Por outro lado, houve redução nos dispêndios do Programa de Exportação (PROEX) em R\$ 184,8 milhões; de Custeio Agropecuário em R\$ 156,6 milhões; do Pronaf em R\$ 154,1 milhões; e de Habitação (PSH) em R\$ 136,2 milhões.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,0 bilhões (18,2%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% nos sete primeiros meses de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão destinou-se à assistência aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO¹	2009	2010
Agricultura	2.669,1	3.353,6
Custeio Agropecuário	187,4	30,8
Investimento Rural	-101,9	11,7
Preços Agrícolas	1.440,3	2.196,9
- EGF	11,2	88,0
- AGF	789,8	1.241,3
- Sustent. de preços	639,4	867,6
Pronaf	397,7	243,5
Pesa	254,1	226,1
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	414,8	574,7
FUNCAFÉ	43,3	69,7
Revitaliza	32,8	0,0
Outros	-4.064,9	-172,3
Habitação (PSH)	136,2	0,0
FND	-4.223,9	-10,2
Exportação (Proex)	22,8	-162,1
Total	-1.395,8	3.181,3

1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos
2 Dados revisados

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idosos	Varição em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
jul/01	1.260.474	-	429.098	-	831.377	-
jul/02	1.405.605	12%	506.630	18%	898.975	8%
jul/03	1.603.333	14%	611.556	21%	991.777	10%
jul/04	1.820.834	14%	764.626	25%	1.056.208	6%
jul/05	2.130.701	17%	976.885	28%	1.153.817	9%
jul/06	2.348.698	10%	1.107.475	13%	1.241.223	8%
jul/07	2.530.315	8%	1.214.966	10%	1.315.349	6%
jul/08	2.756.897	9%	1.332.094	10%	1.424.804	8%
jul/09	3.008.563	9%	1.463.163	10%	1.545.400	8%
jul/10	3.241.331	8%	1.566.142	7%	1.675.189	8%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.669,0	2.164,9
Legislativo	615,9	663,2
Judiciário	2.536,4	2.933,4
Crédito Extraordinário ¹	1.727,3	4.825,8
PAC ²	6.523,8	10.606,0
Outras ³	687,7	1.424,3
Discricionárias	59.056,4	74.154,8
d/q Min. da Saúde	27.606,6	30.113,0
Min. do Des. Social	7.883,7	9.914,1
Min. da Educação	6.242,7	10.574,0
Min. da Defesa	4.276,2	6.768,0
Min. da Ciência e Tec.	1.905,5	2.436,0
Min. do Des. Agrário	1.126,0	1.506,6
Min. da Justiça	1.349,3	1.787,2
Min. da Previdência	838,6	1.190,0
Min. dos Transportes	565,0	692,2
Min. das Cidades	447,1	777,1
Demais	6.815,8	8.396,5
Total	72.816,6	96.772,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

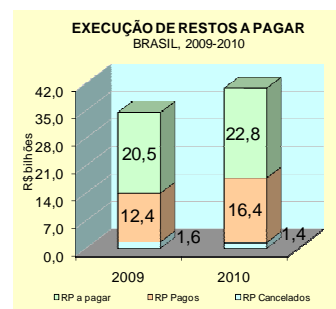
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 23,9 bilhões (32,9%) nos primeiros sete meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se: i) os gastos discricionários, com aumento de R\$ 15,0 bilhões (25,6%); ii) o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 4,1 bilhões (62,6%); iii) os Créditos Extraordinários, com aumento de R\$ 3,1 bilhões (179,4%); e iv) os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 657,1 milhões (407,2%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 4,3 bilhões), da Saúde (R\$ 2,5 bilhões), da Defesa (R\$ 2,5 bilhões), e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,0 bilhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 25,1 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 10,1 bilhões (67,5%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros sete meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 16,4 bilhões, equivalentes a 42,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 37,7% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 7,4 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 29,2% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 3,7 bilhões), da Saúde (R\$ 3,6 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,0 bilhões), destacando os Projetos de Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 391,9 milhões); Readequação das Universidades Federais – Reuni (R\$ 238,5 milhões); Reestruturação, Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 225,0 milhões); Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 187,0 milhões); e Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (R\$ 168,1 milhões).

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 25,1 bilhões, incremento de 67,5% em relação ao exercício de 2009.



Previdência Social

Em julho de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões, 7,7% inferior ao registrado no mês anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	96.252,4	111.502,8	15,8%
Urbano	93.629,1	108.848,0	16,3%
Rural	2.623,3	2.654,7	1,2%
Benefícios	120.622,0	136.663,9	13,3%
Urbano	96.550,6	109.427,2	13,3%
Rural	24.071,4	27.236,7	13,1%
Res. Primário	-24.369,6	-25.161,2	3,2%
Urbano	-2.921,5	-579,2	-80,2%
Rural	-21.448,1	-24.582,0	14,6%

Em julho, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 2,6 bilhões contra um déficit de R\$ 2,8 bilhões em junho (redução de 7,7%). Nos primeiros sete meses do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 791,6 milhões (3,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	JUN 2010	JUL 2010	JAN-JUL 2009 2010	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	16.580,3	16.844,4	96.252,4	111.502,8
Arrecadação Bruta	18.327,4	18.589,3	107.612,0	124.418,1
- Contribuição Previdenciária	16.478,9	16.802,0	98.748,8	112.442,4
- Simples	1.638,3	1.615,2	6.904,4	10.369,7
- CFT	52,9	46,8	421,0	336,8
- Depósitos Judiciais	146,1	113,6	1.402,8	1.195,1
- Refis	11,1	11,7	135,0	74,1
(-) Restituição/Devolução	-37,7	-59,0	-308,6	-337,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.709,4	-1.685,9	-11.051,0	-12.578,1
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	19.358,6	19.410,1	120.622,0	136.663,9
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.778,3	-2.565,6	-24.369,6	-25.161,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,38%	-1,26%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 16,8 bilhões em julho, apresentando crescimento de R\$ 264,1 milhões (1,6%) frente aos ingressos líquidos de junho. Em relação aos primeiros sete meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 15,3 bilhões (15,8%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e junho de 2010 foi 11,3% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

Nos primeiros sete meses do ano, o déficit previdenciário atingiu R\$ 25,2 bilhões, frente a R\$ 24,4 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,38% em 2009 para 1,26% em 2010.

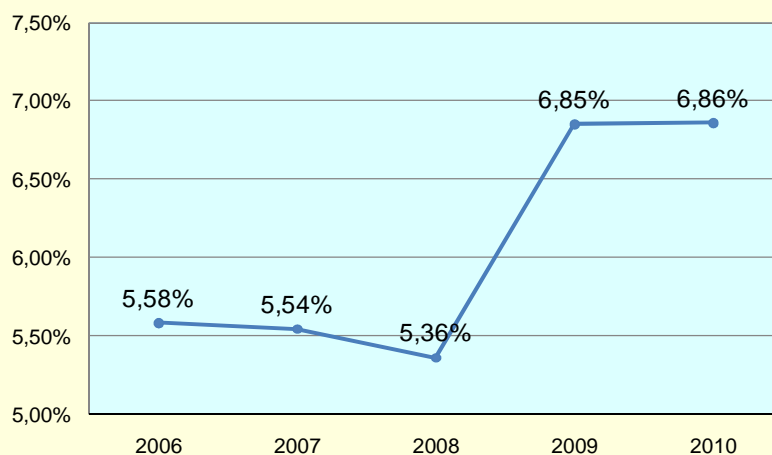
As despesas com benefícios em julho alcançaram o valor de R\$ 19,4 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 51,5 milhões (0,3%) em relação a junho. Comparativamente aos primeiros sete meses de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 16,0 bilhões (13,3%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 59,34 (9,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 695,8 mil (3,0%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e julho de 2010 registrou um aumento de R\$ 675,0 milhões (14,2%) em relação ao mesmo período de 2009.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a julho de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 5,58% do PIB; em 2010, correspondem a 6,86%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,29 ponto percentual do PIB por ano.

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,29 p.p. por ano, passando de 5,58% do PIB entre janeiro a julho de 2006 para 6,86% do PIB no mesmo período de 2010.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a julho



No estoque de benefícios dos primeiros sete meses de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 555,8 mil aposentadorias (3,7%) e de 169,0 mil pensões por morte (2,6%), bem como a redução de 72,1 mil benefícios de auxílio-doença (5,7%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,0	23,7	3,0%
Valor médio RGPS**	657,0	716,3	9,0%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

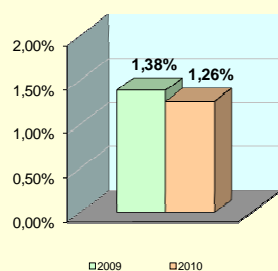
	Em mil benefícios			
	JUN 2010	JUL 2010	JAN-JUL 2009	JAN-JUL 2010
Benefícios do RGPS	23.913	23.912	23.037	23.704
Previdenciários	23.112	23.117	22.234	22.914
Aposentadorias	15.332	15.366	14.680	15.230
Idade	8.004	8.024	7.627	7.947
Invalidez	2.933	2.935	2.860	2.919
Tempo de contribuição	4.395	4.406	4.194	4.364
Pensão por morte	6.540	6.550	6.338	6.508
Auxílio-Doença	1.105	1.070	1.106	1.051
Salário - maternidade	79	76	63	71
Outros	56	56	48	54
Acidentários	801	794	803	790
Aposentadorias	163	163	156	162
Pensão por morte	126	126	128	126
Auxílio - doença	160	154	169	152
Auxílio - acidente	278	278	273	277
Auxílio - suplementar	73	73	77	74

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)

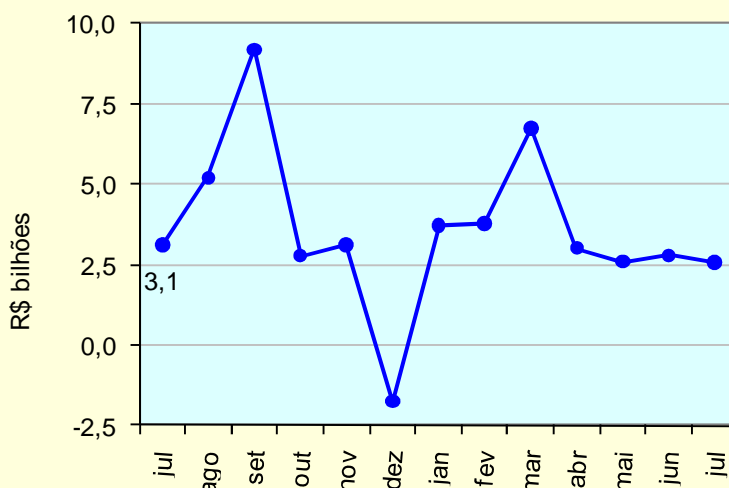
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,47%	5,60%
Urbano	5,32%	5,46%
Rural	0,15%	0,13%
Benefícios	6,85%	6,86%
Urbano	5,48%	5,49%
Rural	1,37%	1,37%
Res. Primário	-1,38%	-1,26%
Urbano	-0,17%	-0,03%
Rural	-1,22%	-1,23%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,13 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,01 p.p. em relação ao período de janeiro a julho de 2009. Como decorrência, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,26% do PIB, 0,12 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009/2010



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 909,5 bilhões em julho, o equivalente a 26,0 % do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 10,1 bilhões, em termos nominais, consequência do aumento de R\$ 13,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da redução de R\$ 3,6 bilhões na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, a DLTN situou-se em 26,0%.

Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 909,5 bilhões, o equivalente a 26,0% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 JUL	2010 JUN	2010 JUL
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	596.683	803.863	817.608
I.1. Dívida Interna	1.841.322	2.186.322	2.176.221
I.2. Haveres Internos	1.244.638	1.382.460	1.358.613
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	106.912	95.543	91.915
II.1. Dívida Externa	107.201	95.904	92.257
II.2. Haveres Externos	289	361	342
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	703.595	899.405	909.523
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	23,3%	25,9%	26,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Relativamente ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 2,7 pontos percentuais, passando de 23,3% em julho de 2009 para 26,0% em julho de 2010. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 205,9 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 220,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 15,0 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

No mês de julho, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 817,6 bilhões, o equivalente a 23,4% do PIB. O crescimento de R\$ 13,7 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela redução de R\$ 23,8 bilhões nos haveres internos, parcialmente compensada pelo declínio de R\$ 10,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 3,7 p.p., passando de 19,8% para 23,4%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 596,7 bilhões em julho de 2009 para R\$ 817,6 bilhões em julho de 2010. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 334,9 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 114,0 bilhões nos haveres internos.

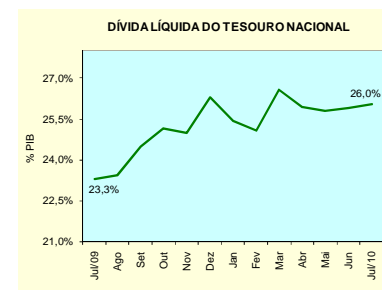
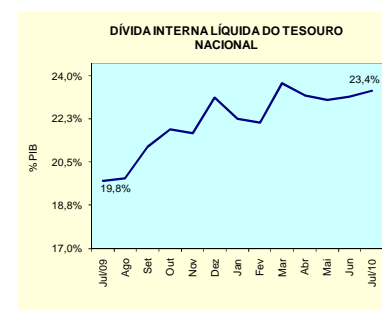

Dívida Interna Líquida


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 JUL	2010 JUN	2010 JUL
I. DÍVIDA INTERNA	1.841.322	2.186.322	2.176.221
I.1. Dívida Mobiliária	1.819.744	2.170.776	2.160.875
DPMFi em Poder do Público ¹	1.349.886	1.516.501	1.509.118
DPMFi em Poder do Banco Central	490.801	679.635	677.227
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(20.943)	(25.359)	(25.470)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.578	15.546	15.346
II. HAVERES INTERNOS	1.244.638	1.382.460	1.358.613
II.1. Disponibilidades Internas	380.316	365.919	342.004
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	440.797	453.130	454.157
II.3. Haveres da Administração Indireta	211.407	225.674	225.639
II.4. Haveres Administrados pela STN	212.119	337.736	336.814
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	596.683	803.863	817.608
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	19,8%	23,2%	23,4%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

A Dívida Interna Líquida aumentou 0,2 p.p. do PIB em julho, passando de 23,2% em junho para 23,4% neste mês.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, reduziu R\$ 9,9 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, diminuiu 0,7 p.p.). Essa redução da DPMFi pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 27,3 bilhões ocorrido no período, compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 17,5 bilhões. Em relação a julho do ano anterior, houve aumento de R\$ 341,1 bilhões em termos nominais, ou 1,7 p.p. em proporção do PIB, passando de 60,2% para 61,9% do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, a redução foi de R\$ 7,4 bilhões e está associada ao resgate líquido de R\$ 19,4 bilhões, que mais do que compensou a apropriação de juros no total de R\$ 12,0 bilhões. Na carteira do Banco Central, por sua vez, a redução alcançou R\$ 2,4 bilhões, consequência do resgate líquido de R\$ 7,9 bilhões, compensado em parte pela apropriação de juros no valor de R\$ 5,5 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram no estoque de NTN-F cuja redução foi de R\$ 16,7 bilhões, de LFT, com aumento de R\$ 7,7 bilhões e de NTN-B, com crescimento de R\$ 6,0 bilhões no estoque.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009/2010			
Título	R\$ bilhões		
	2009 JUL	2010 JUN	2010 JUL
Em Poder do Público	1.350	1.517	1.509
LFT	538	509	517
LTN	217	299	296
NTN-B	307	373	379
NTN-C	57	61	60
NTN-F	189	236	219
Demais ¹	42	38	38
Aplic. em Tít. Púb.	-21	-25	-25
Na carteira do BCB	491	680	677
Total	1.820	2.171	2.161
% PIB	60,2%	62,6%	61,9%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, JUL/2010

Título	Saldo Jun/10	Fatores de Variação ¹⁷			Saldo Jul/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.516,5	42,3	(61,71)	12,0	1.509,1
LFT	509,1	3,4	(0,07)	4,3	516,8
LTN	299,0	26,8	(32,35)	2,6	296,0
NTN-B	373,5	5,3	(1,66)	2,3	379,4
NTN-C	61,1	0,0	(1,84)	0,6	59,8
NTN-F	235,8	6,4	(25,33)	2,1	219,1
Demais ¹⁴	38,0	0,4	(0,47)	0,0	38,0
Na carteira do BCB	679,6	27,1	(35,03)	5,5	677,2
Total	2.196,1	69,4	(96,73)	17,5	2.186,3

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 23,8 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a redução de R\$ 23,9 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 922,9 milhões nos haveres administrados pela STN, bem como o aumento de R\$ 1,0 bilhão os haveres junto aos governos regionais. Os haveres da administração indireta permaneceram estáveis.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, que aumentaram R\$ 1,0 bilhão, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas tiveram um crescimento de R\$ 1,5 bilhão, no saldo da dívida renegociada pela Lei nº 8.727/93, com redução de R\$ 271,8 milhões, e nos bônus renegociados, também com redução de R\$ 185,0 milhões.

Nos haveres administrados pela STN, houve redução nos saldos dos haveres de legislação específica em R\$ 441,1 milhões, no saldo dos haveres de operações estruturadas, em R\$ 173,8 milhões, e nas demais operações em R\$ 305,0 milhões.

Quanto aos haveres da administração indireta, no agregado, a variação não se mostrou significativa. Foi verificada redução de R\$ 2,2 bilhões nos haveres do FAT, aumento de R\$ 438,8 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais e aumento de R\$ 1,7 bilhão nos saldos dos Fundos Diversos.

Em julho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 91,9 bilhões, contra R\$ 95,5 bilhões em junho. Houve redução de R\$ 3,6 bilhões em termos nominais e 0,2 p.p. em relação ao PIB. Essa redução reflete o

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2009/2010

Discriminação	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	JUL	JUN	JUL
Lei 9.496/97	316,8	332,0	333,2
MP 2.185/01	50,1	53,3	53,6
Lei 8.727/93	39,2	35,8	35,5
Antecipação de Royalties	11,3	10,1	10,1
Bônus Renegociados	6,8	6,0	5,8
Lei 7.976/89	0,4	0,0	0,0
Demais Haveres	16,1	16,0	16,0
Total	440,8	453,1	454,2
% PIB	14,6%	13,1%	13,0%

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA
BRASIL, 2009/2010

Entidade	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	JUL	JUN	JUL
FAT	135,8	143,4	141,2
Fundos Regionais	48,4	54,7	55,1
Demais	27,3	27,6	29,3
Total	211,4	225,7	225,6

Dívida Externa
Líquida

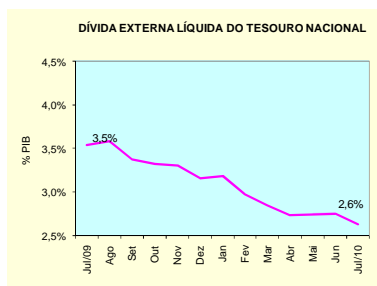
resgate líquido de R\$ 3,0 bilhões, a variação cambial negativa de R\$ 1,3 bilhão e a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 695,0 milhões, ocorridos no mês.

Em julho de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 91,9 bilhões, equivalentes a 2,6% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,9 p.p. do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	JUL	JUN	JUL
I. DÍVIDA EXTERNA	107.201	95.904	92.257
I.1. Dívida Mobiliária	83.039	74.827	71.695
Euro	10.122	6.707	6.843
Global US\$	62.382	56.976	54.203
Global BRL	10.268	10.946	10.454
Demais	268	199	196
I.2. Dívida Contratual	24.162	21.077	20.562
Organismos Internacionais	20.488	17.952	17.503
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.674	3.124	3.059
II. HAVERES EXTERNOS	289	361	342
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	289	361	342
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	106.912	95.543	91.915
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,5%	2,8%	2,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 15,0 bilhões, passando de R\$ 106,9 bilhões em julho de 2009 para R\$ 91,9 bilhões em julho de 2010. Em percentual do PIB, a redução foi de 0,9 p.p.

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JUL/2010

Discriminação	Estoque Jun/10	Fatores de Variação				Estoque Jul/10
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
		R\$ milhões				
Dívida Mobiliária³	74.827	0	(2.834)	656	(954)	71.695
Global US\$	56.976	0	(2.027)	493	(1.238)	54.203
Euro	6.707	0	(219)	67	288	6.843
Global BRL	10.946	0	(588)	96	0	10.454
Demais	199	0	0	1	(5)	196
Dívida Contratual	21.077	17	(210)	39	(360)	20.562
Org. Internacionais	17.952	17	(185)	26	(306)	17.503
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.124	0	(25)	13	(54)	3.059
Total	95.904	17	(3.044)	695	(1.314)	92.257

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 77,7% (R\$ 71,7 bilhões); e a dívida contratual representa 22,3% (R\$ 20,6 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Julho 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Jul/2009	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2010
I. RECEITA TOTAL	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2	62.550,3	78.569,9	65.494,7	61.461,7	68.560,5
I.1. Receitas do Tesouro	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1	46.492,6	62.054,3	48.725,5	44.691,7	51.523,0
I.1.1. Receita Bruta	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5	46.761,4	54.015,3
I.1.1.1. Impostos	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6
IR	16.492,3	11.942,3	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4
IR - Pessoa Física	1.098,0	1.291,5	1.301,4	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1
IR - Pessoa Jurídica	8.315,3	4.558,9	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9
IR - Retido na Fonte	7.079,1	6.091,8	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5
IRRF - Rendimentos do Trabalho	3.954,5	3.966,6	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0
IRRF - Rendimentos do Capital	1.534,7	960,8	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7
IRRF - Remessas ao Exterior	1.151,1	654,6	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7
IRRF - Outros Rendimentos	438,8	509,8	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1
IPI	2.449,6	2.441,5	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7
IPI - Fumo	280,3	279,5	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6	295,3	282,6	282,6	363,0	281,2
IPI - Bebidas	185,4	177,4	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	168,7	180,1	182,9	175,7	190,2
IPI - Automóveis	199,6	174,0	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6
IPI - Vinculado a importação	640,4	631,9	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8
IPI - Outros	1.144,0	1.178,7	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9
IOF	1.628,9	1.571,9	1.453,3	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8
Imposto de Importação	1.244,9	1.290,9	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5
Outros	7,0	11,3	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1
I.1.1.2. Contribuições	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8
COFINS	9.831,3	9.832,2	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9
CPMF	10,7	32,6	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1
CSLL	4.355,8	2.573,6	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3
CIDE-Combustíveis	529,9	603,4	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0
Pis/Pasep	2.586,4	2.576,9	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7
Salário Educação	756,8	745,6	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1
Outras	428,5	319,0	352,1	313,5	345,5	462,8	304,0	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	297,7
I.1.1.3. Demais	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3	5.034,2	8.423,0
CPSS ¹	746,2	742,4	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1	770,3	784,5	763,1	827,4
Cota parte de compensações financeiras	2.884,4	938,3	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1
Diretamente arrecadadas	2.029,5	1.630,0	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9
Concessões	111,6	7,3	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0
Dividendos	1.719,6	7.814,3	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2
Outras	457,1	2.110,0	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4
I.1.2. (-) Restituições	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4
Urbana	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8
Rural	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6
I.3. Receitas do Banco Central	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	189,8	174,8	185,5	187,5	189,7	193,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.232,7	7.233,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7
II.4. Demais	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5
II.4.1. Salário Educação	449,0	454,1	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	676,8	1.750,8	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2
II.4.3. Fundef/Fundeb	0,0	480,0	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0
II.4.4. Outras	21,1	12,1	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jul/2009	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2010
I. DESPESA TOTAL	51.018,1	47.347,5	53.206,0	47.228,6	51.400,6	63.830,6	49.382,1	45.340,2	58.093,5	50.366,4	52.055,8	49.816,7	59.226,5
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9
I.2. Benefícios Previdenciários	17.380,8	19.591,7	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	13.912,5	15.666,4	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0	15.501,1	15.540,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3	3.857,6	3.869,2
I.3. Custeio e Capital	18.929,2	15.972,3	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.657,2	17.126,8	13.930,7	19.937,5	18.686,1	20.149,3	17.817,6	23.689,0
I.3.1. Despesa do FAT	4.926,0	2.798,2	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	29,3	30,1	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	697,7	871,0	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,3	882,0	400,6
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	599,6	714,5	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,8	635,2	142,1
Equalização de custeio agropecuário	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,5	1,1
Política de preços agrícolas	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3
Equalização Aquisições do Governo Federal	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1
Garantia à Sustentação de Preços	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2
Pronaf	28,5	100,6	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,1	14,8	15,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2
Concessão de Financiamento ⁵	20,2	93,4	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,6	11,0	0,1
Proex	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8
Concessão de Financiamento ⁵	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	0,0
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6
Funcafé	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1
Capitalização à Emgea	119,1	144,6	138,8	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	98,1	156,6	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	258,5
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8
I.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.398,4	14.949,3	14.223,4	15.616,5	13.354,2	16.082,7
I.3.4.1. Sentenças Judiciais	30,8	9,4	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8
I.3.4.2. Legislativo/Judiciário	464,0	433,5	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5
Legislativo	80,9	92,3	84,9	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1
Judiciário	383,2	341,2	356,7	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4
I.3.4.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	176,6	212,5	326,5	131,6	146,4	262,1	339,9	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9
I.3.4.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.692,2	1.208,6	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.066,4	1.212,9	1.739,0	1.392,0	1.750,3	1.821,8	1.623,6
I.3.4.5. Outras Obrigatórias	284,5	241,5	31,0	121,3	160,5	236,0	456,6	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8
I.3.4.6. Discricionárias	9.064,1	8.595,8	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.840,6	7.538,0	11.930,1	9.648,6	11.087,9	10.210,4	12.899,2
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9	95,5	94,8	100,4
I.5. Despesas do Banco Central	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5	226,8	261,3	239,2
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2
RMV ⁷	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Jul/2009	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.644,6	62.503,3	67.956,8	73.282,3	62.798,7	62.136,1
I.1 - Recolhimento Bruto	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1
I.5 - Receita do Salário Educação	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	69.196,1	69.322,7	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	68.407,7	54.442,7	58.357,9	51.984,0	60.755,6	59.418,1	57.105,5
II.1 - Liberações Vinculadas	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6	13.431,6	14.233,2	12.284,3	10.193,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7	11,8	9,9
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	1.762,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5
II.2 - Liberações Ordinárias	58.492,5	56.993,4	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.558,3	41.595,0	48.226,3	38.552,4	46.522,4	47.133,8	46.912,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.565,0	12.919,8	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6	956,1	832,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.800,2	1.007,5	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,2	938,6	1.503,1	590,1	2.702,2	2.103,5
i) Dívida Contratual Interna	94,3	98,7	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8
ii) Dívida Contratual Externa	1.705,9	908,8	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	496,7	2.608,3	2.001,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.834,0	18.841,5	19.380,1	19.417,5	15.383,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	12.438,1	12.663,0	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.322,6	15.101,0	15.998,1	16.887,6	18.519,4	14.559,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-14.810,0	-8.124,5	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.852,7	14.201,9	4.145,5	15.972,8	12.526,7	3.380,6	5.030,6
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	26.731,6	-21.287,6	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	36.383,5	86.856,2	30.352,8	14.882,9	31.923,2	41.348,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	25.791,3	-22.337,3	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6
V. DESPESAS	30.363,0	3.678,8	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,3	35.107,0	19.237,8	2.437,0	46.681,7	46.687,0
V.1 - Amortização da Dívida Interna	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8
V.1.2 - Dívida Contratual	181,9	177,7	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	1.041,0	212,8	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.434,9	2.047,3
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-3.348,8	-25.625,6	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	34.032,5	51.352,0	11.269,8	13.120,3	-14.125,5	-4.116,0
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-33.097,5	9.006,0	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-98.551,2	49.831,6	59.252,5	19.617,8	34.410,7	-8.195,7	-5.569,2

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jul/2009	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	11.344,0	42.996,9	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	3.023,5	3.357,8	8.230,0	12.433,2	3.182,1	29.765,8
I.1. Emissão de Títulos	8.176,9	39.598,9	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0	-15.700,0	-2.995,2	0,0	-35.027,0
II.1. Resgate de Títulos	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0	0,0	-27.277,0
II.2. Encargos da DPMF	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2	0,0	-7.750,0
III. RESULTADO (I - II)	-14.656,0	42.096,9	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	5.023,5	3.357,8	23.930,0	15.428,3	3.182,1	64.792,8

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jul/09	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/10
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.838,4	666.548,8	724.439,9	711.371,8	721.828,9	787.551,2	781.781,6	792.885,9	803.862,7	817.608,2
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2
DPMFi em Poder do Público ¹	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2
DPMFi em Poder do Banco Central	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7
Demais Obrigações Internas	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9
I.2. HAVERES INTERNOS	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.613,0
Disponibilidades Internas	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	342.003,8
Haveres junto aos Governos Regionais	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0
Haveres da Administração Indireta	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.638,7
Haveres Administrados pela STN	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3	94.475,2	95.542,7	91.915,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3
Dívida Mobiliária	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2
Dívida Contratual	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0
II.2. HAVERES EXTERNOS	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.203,2	768.272,6	823.183,6	813.006,5	818.857,5	882.030,2	873.682,9	887.361,1	899.405,4	909.523,3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	23,3%	23,4%	24,5%	25,2%	25,0%	26,3%	25,4%	25,1%	26,6%	25,9%	25,8%	25,9%	26,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jul/09	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/10
I. DÍVIDA INTERNA	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2
LFT	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1
LTN	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3
NTN-B	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0
NTN-C	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2
NTN-F	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5
Dívida Securitizada	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1
Demais Títulos em Poder do Público	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9
LFT	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5
LTN	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0
Demais Títulos na Carteira do BCB	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9
II. DÍVIDA EXTERNA	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2
Euro	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8
Global US\$	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2
Global BRL	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8
Demais Títulos Externos	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0
Organismos Multilaterais	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4	2.268.478,5
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	64,5%	66,1%	66,3%	66,3%	66,4%	68,2%	64,2%	64,0%	64,8%	66,4%	66,2%	65,8%	65,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jul/09	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/10
I. HAVERES INTERNOS	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.097,2	1.274.149,3	1.313.144,6	1.238.515,8	1.272.335,8	1.270.342,1	1.364.129,0	1.390.816,2	1.382.459,7	1.358.613,0
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	342.003,8
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0
Bônus Renegociados	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6
Antecipação de Royalties	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.904,5	218.294,6	220.960,1	220.090,4	220.930,6	221.178,7	221.766,6	223.810,4	225.674,4	225.638,7
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0
Fundos Constitucionais Regionais	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.133,8
Fundos Diversos	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2
Haveres de Operações Estruturadas	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0
Haveres Originários de Privatizações	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1
Haveres de Legislação Específica	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1
Demais Haveres Administrados pela STN	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1
II. HAVERES EXTERNOS	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.347,5	1.274.401,7	1.313.375,3	1.238.808,9	1.272.614,1	1.270.603,2	1.364.385,8	1.391.194,1	1.382.821,1	1.358.955,2
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	41,2%	42,7%	41,8%	41,1%	41,4%	41,9%	38,7%	39,0%	38,3%	40,5%	40,4%	39,8%	38,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JULHO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	19.737,8	870,0	868,2	18.523,3	19.391,5	158.279,2	32.360,0	5.724,7	5.659,1	11.386,4	17.045,5
Senado Federal	47.287,9	13.509,2	2.203,0	2.189,7	4.213,8	6.403,5	60.063,0	15.238,5	1.911,9	1.911,5	4.299,1	6.210,7
Tribunal de Contas da União	41.069,8	4.131,4	954,1	954,1	11.657,2	12.611,3	59.523,7	32.769,9	2.831,6	2.819,2	21.050,6	23.869,8
Supremo Tribunal Federal	69.313,8	4.557,7	1.765,7	1.765,7	43.762,8	45.528,5	61.290,1	6.858,7	1.615,6	1.612,4	7.838,2	9.450,6
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	6.020,5	2.565,4	2.557,3	7.799,1	10.356,5	19.949,9	4.455,9	4.116,8	4.099,9	15.648,8	19.748,7
Justiça Federal ³	281.849,6	284.884,8	243.423,4	243.299,2	88.863,2	332.162,4	364.506,3	503.671,3	295.289,3	295.148,9	98.635,8	393.784,7
Justiça Militar	10.765,7	3.184,6	482,8	480,4	1.364,3	1.844,7	9.484,0	3.605,3	635,9	630,8	3.898,9	4.529,7
Justiça Eleitoral	183.029,8	89.979,2	4.731,8	4.370,3	115.044,4	119.414,7	450.944,4	158.929,3	44.912,3	34.954,7	200.646,5	235.601,1
Justiça do Trabalho	224.149,0	52.223,9	15.382,3	14.474,9	103.909,0	118.384,0	189.482,7	54.195,1	20.966,4	17.067,9	77.271,3	94.339,2
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.996,0	29.600,2	5.224,1	5.027,1	15.253,5	20.280,6	47.836,2	5.827,8	4.080,8	3.280,0	23.576,6	26.856,6
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	46.253,0	4.878,2	2.749,4	2.747,7	35.683,4	38.431,1
Presidência da República ⁴	1.859.949,5	447.113,5	81.212,4	80.998,9	358.728,9	439.727,8	1.965.183,6	626.110,7	123.864,6	121.856,7	364.507,8	486.364,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	389.018,3	123.161,5	6.981,5	6.981,2	19.177,4	26.158,7	819.103,8	89.929,2	56.437,0	55.249,3	248.076,4	303.325,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.169.200,4	80.664,2	18.165,0	15.834,0	258.081,9	273.915,9	1.560.232,8	677.386,2	42.696,6	26.012,9	254.027,8	280.040,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.638.397,1	623.473,1	331.272,6	232.673,4	278.404,5	511.077,8	1.917.160,8	728.143,5	255.888,1	203.015,2	288.464,8	491.480,1
Ministério da Fazenda	1.301.576,6	64.199,0	27.335,1	27.115,3	45.331,7	72.446,9	1.051.425,3	52.115,5	15.458,7	15.147,5	166.082,9	181.230,4
Ministério da Educação	4.690.497,6	970.371,7	237.864,5	223.459,5	1.162.566,9	1.386.026,4	7.182.904,5	2.697.310,5	849.553,0	779.000,0	2.569.525,0	3.348.524,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	171.921,0	11.773,2	8.782,0	8.191,0	9.724,0	17.915,0	316.168,1	29.276,1	2.918,0	2.846,5	13.002,5	15.848,9
Ministério da Justiça	887.600,4	241.547,0	39.790,3	38.101,3	288.485,5	326.586,9	1.285.721,1	214.055,6	65.975,7	62.048,4	284.090,8	346.139,3
Ministério de Minas e Energia	67.156,4	15.981,1	8.421,6	8.352,5	14.543,5	22.896,0	185.803,9	16.560,8	5.617,3	4.775,2	20.627,6	25.402,8
Ministério da Previdência Social	239.477,7	18.649,4	3.025,9	2.798,4	77.000,2	79.798,6	186.063,7	41.344,8	14.050,4	12.838,7	204.232,5	217.071,2
Ministério Público da União	135.112,1	15.062,0	1.980,0	1.945,8	70.062,5	72.008,2	161.553,1	13.802,6	3.287,8	3.251,7	75.279,6	78.531,2
Ministério das Relações Exteriores	97.416,0	11.945,7	10.392,7	10.392,7	1.693,4	12.086,2	163.000,0	16.021,4	14.695,0	14.695,0	3.003,5	17.698,5
Ministério da Saúde	3.708.506,1	321.473,2	95.735,9	89.276,7	782.348,1	871.624,8	4.702.061,7	1.585.737,1	307.013,7	304.840,1	1.131.970,3	1.436.810,4
Ministério do Trabalho e Emprego	70.592,3	660,8	385,8	379,0	10.138,0	10.517,0	44.422,3	3.923,0	1.113,6	1.109,3	24.200,5	25.309,8
Ministério dos Transportes	11.330.055,5	6.102.433,8	866.120,7	806.660,2	2.830.565,7	3.637.225,9	16.385.545,4	7.660.952,7	2.171.788,0	1.793.417,8	4.378.792,8	6.172.210,7
Ministério das Comunicações	82.929,8	3.243,8	498,1	490,2	18.170,1	18.660,3	46.941,4	11.813,0	1.557,1	1.557,1	10.526,2	12.083,3
Ministério da Cultura	236.410,1	36.821,7	3.527,1	3.527,1	46.724,2	50.251,3	450.417,3	118.316,3	19.359,8	19.204,7	51.169,7	70.374,4
Ministério do Meio Ambiente	137.762,0	4.362,3	2.661,6	2.659,2	24.947,4	27.606,7	109.337,2	13.497,1	1.987,4	1.720,2	25.769,9	27.490,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.230.924,6	678.794,8	433.574,2	430.689,9	241.729,4	672.419,3	1.878.372,4	879.887,6	300.716,5	295.414,6	355.476,9	650.891,5
Ministério do Esporte	1.006.699,9	8.740,1	337,6	337,6	82.923,4	83.261,1	1.353.415,3	485.414,8	2.714,8	2.714,8	175.136,3	177.851,1
Ministério da Defesa	5.295.726,0	1.614.670,8	749.019,5	736.359,7	983.615,5	1.719.975,2	9.615.737,5	4.172.973,7	2.244.706,9	2.195.172,4	1.715.016,8	3.910.189,2
Ministério da Integração Nacional	5.802.948,3	1.872.403,8	594.124,5	590.981,3	1.068.694,7	1.659.676,0	7.302.042,9	3.252.561,5	979.965,2	910.504,4	1.620.226,4	2.530.730,8
Ministério do Turismo	2.107.212,6	90.099,9	13.831,8	13.831,8	197.740,4	211.572,2	3.215.866,8	1.422.281,3	23.171,2	23.171,2	410.505,7	433.677,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	256.355,9	70.028,8	40.637,4	40.637,4	50.924,0	91.561,4	361.255,8	193.743,9	112.912,1	112.356,3	61.538,0	173.894,3
Ministério das Cidades	8.781.231,6	3.364.513,9	647.121,4	643.905,0	1.389.726,4	2.033.631,4	8.210.494,0	3.178.367,0	930.001,8	927.261,4	1.889.244,2	2.816.505,6
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	465.301,0	80.907,1	16.579,3	15.962,8	28.960,6	44.923,4
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	948,0	12,8	12,8	-	12,8
TOTAL	54.902.737,4	17.300.018,4	4.500.401,5	4.292.566,2	10.722.438,5	15.015.004,7	72.406.916,8	29.086.170,9	8.948.877,0	8.275.089,0	16.869.391,1	25.144.480,1

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 7 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JULHO / 2010

Comentários

Em julho de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram um decréscimo de -26,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.057.970,9 (mil), ante R\$ 6.878.425,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Junho	Julho	Janeiro a Julho	Jul / 2010 Jun / 2010	Jul / 2010 Jul / 2009	Jan a Jul/ 2010 Jan a Jul/ 2009
FPM	3.215.175,1	2.466.990,7	21.986.582,5	3.517.376,6	2.586.462,5	22.923.524,4	-26,5%	4,8%	4,3%
FPE	3.072.278,3	2.357.346,5	20.999.312,5	3.361.048,6	2.471.508,4	21.904.700,1	-26,5%	4,8%	4,3%
IPI-Exp	176.098,7	161.799,3	1.229.652,0	244.727,1	260.558,5	1.576.358,4	6,5%	61,0%	28,2%

Observações: Valores já deduzidos do FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
JULHO	- 27 %	- 26,5 %	- 27 %	- 26,5 %	+ 8 %	+ 6,5 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	AGO/JUL	SET/AGO	OUT/SET
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 20 %	- 3 %	+ 6 %
IPI - EXP	- 12 %	+ 18 %	+ 19 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/06/2010 a 20/07/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUN/3º DEC	2.320.515	5.270.612	7.591.127	JUL/1º DEC	1.305.674	1.366.403	185.641	2.857.718
JUL/1º DEC	566.012	1.151.817	1.717.829	JUL/2º DEC	295.467	309.209	45.281	649.957
JUL/2º DEC	370.454	4.689.825	5.060.279	JUL/3º DEC	870.368	910.850	29.636	1.810.854
TOTAL	3.256.982	11.112.253	14.369.235	TOTAL	2.471.508	2.586.462	260.559	5.318.529

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	12.588,9	84.550,3	26,7
ALAGOAS	AL	61.136,9	102.817,2	702,9
AMAZONAS	AM	37.894,0	68.965,0	2.809,2
AMAPÁ	AP	8.983,4	84.327,9	274,9
BAHIA	BA	234.841,0	232.227,9	13.449,3
CEARÁ	CE	134.153,4	181.332,1	2.153,8
DISTRITO FEDERAL	DF	4.194,8	17.058,4	337,0
ESPÍRITO SANTO	ES	44.417,4	37.072,6	12.449,2
GOIÁS	GO	94.211,4	70.267,5	4.065,9
MARANHÃO	MA	107.303,6	178.398,4	2.697,5
MINAS GERAIS	MG	338.713,4	110.093,3	34.481,1
MATO GROSSO DO SUL	MS	39.216,5	32.920,5	2.477,6
MATO GROSSO	MT	47.628,9	57.039,9	3.221,9
PARÁ	PA	93.754,4	151.058,6	14.217,7
PARAÍBA	PB	83.228,8	118.358,1	465,3
PERNAMBUCO	PE	129.461,3	170.539,0	1.537,7
PIAUI	PI	68.136,0	106.803,8	90,2
PARANÁ	PR	175.227,6	71.258,5	22.958,6
RIO DE JANEIRO	RJ	77.956,7	37.757,2	41.113,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	64.923,9	103.257,2	379,1
RONDÔNIA	RO	22.552,5	69.587,8	501,1
RORAIMA	RR	15.887,1	61.310,7	17,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	175.153,9	58.199,1	31.108,8
SANTA CATARINA	SC	100.255,1	31.630,4	16.706,7
SERGIPE	SE	37.398,0	102.698,6	129,6
SÃO PAULO	SP	341.581,3	24.715,1	52.111,7
TOCANTINS	TO	35.662,2	107.263,5	74,4
TOTAL		2.586.462,5	2.471.508,4	260.558,5

Obs.: Deduzidos 20 % do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br